ESTUDOS DE DIREITO PARA CONCURSOS PÚBLICOS
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação EAD em Estudos De Direito Para Concursos Públicos foi idealizado, objetivando atender a uma enorme demanda existente na área da em questão, em tempos de mudanças econômicas e sociais, pelas quais passa o Brasil.
Por conta disso, o curso de Estudos De Direito Para Concursos Públicos se destina à formação de profissionais capacitados para realizar provas de concursos públicos a fim de obterem o êxito nelas.

OBJETIVO

Promover a capacitação de estudantes que buscam ingressar na carreira do serviço público, obtendo uma base sólida acerca das principais temáticas inerentes ao Direito.

METODOLOGIA

Concebe o curso de Especialização em Estudos De Direito Para Concursos Públicos, numa perspectiva de Educação a Distância – EAD, visando contribuir para a qualificação de profissionais que atuam ou pretendem atuar na área, numa abordagem sócio-histórica que se fundamenta em uma perspectiva mais ampla da sociedade e sua relação com o trabalho.

Código	Disciplina	Carga Horária
4994	Direito Constitucional	60

APRESENTAÇÃO

Conceito e Classificação da Constituição Federal. Histórico das Constituições. Classificação das Constituições. O Poder Constituinte. Princípios do Direito Constitucional. Formas de eficácia da norma Constitucional. Classificação da norma Constitucional. Controle de Constitucionalidade. Espécies de inconstitucionalidade e momentos de controle. Controle Difuso. Controle Concentrado. Divisão espacial do Poder. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário.

OBJETIVO GERAL

O Direito Constitucional é considerado um dos mais importantes do ramo do direito, visto que, a Constituição é a Carta Magna nacional que delimita todos os direitos e deveres dos indivíduos. Deste modo, essa disciplina busca elucidar os pontos fundamentais com relação a esse ramo, retratando seus

conceitos e fundamentos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Classificar os diversos tipos de Constituição, contextualizando cada um deles.
- Identificar os princípios constitucionais correlacionados aos direitos individuais.
- Conhecer as espécies de inconstitucionalidade, aplicando-as aos momentos de controle.
- Entender e contextualizar o Poder Judiciário e sua competência no ordenamento jurídico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – CONSTITUIÇÃO E O PODER CONSTITUINTE
CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES
CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES
O PODER CONSTITUINTE

UNIDADE II – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E A EFICÁCIA DA NORMA
PRINCÍPIOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL
DIREITO E AS GARANTIAS FUNDAMENTAIS
FORMAS DE EFICÁCIA DA NORMA CONSTITUCIONAL
CLASSIFICAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL

UNIDADE III – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
CONCEITO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALIDADE E MOMENTOS DE CONTROLE
CONTROLE DIFUSO
CONTROLE CONCENTRADO

UNIDADE IV – DIVISÃO ESPACIAL DO PODER E A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES
UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS
PODER LEGISLATIVO
PODER EXECUTIVO
PODER JUDICIÁRIO

REFERÊNCIA BÁSICA

LAZARI, Rafael de. Manual de Direito Constitucional. Belo Horizonte: D’Plácido, 2019.
LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado. São Paulo, Método, 2007;
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2003.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

MORAIS, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2006;

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2005;

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2012.

PERIÓDICOS

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007;

4997	Direito Penal	60

APRESENTAÇÃO

Princípios constitucionais penais. Funções do Direito Penal. Teoria da lei penal: norma penal, interpretação da norma penal, analogia, lei penal no tempo e no espaço. Teoria do crime: elementos da tipicidade, ilicitude e culpabilidade. Concurso de crimes e de pessoas. Causas de exclusão da tipicidade, ilicitude e culpabilidade. Teoria da pena: fundamentos e fins, espécies de pena, aplicação da pena, suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação. Medidas de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade. Crimes em espécie. Legislação especial: crimes hediondos, crimes de trânsito, crimes ambientais, lei de drogas, lei do pacote anticrime, crimes de abuso de autoridade, crimes contra a ordem econômica e tributária, crime de lavagem de dinheiro, crimes resultantes de preconceito, crimes do estatuto do idoso.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo preparar estudantes e profissionais do direito a aplicar a legislação e a jurisprudência no campo do direito penal.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Esta disciplina tem por objetivo preparar estudantes e profissionais do direito a aplicar a legislação e a jurisprudência no campo do direito penal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS
TEORIA DA LEI PENAL
TEORIA DO CRIME
CAUSAS DE EXCLUSÃO DA TIPICIDADE, DA ILICITUDE E DA CULPABILIDADE

UNIDADE II – AÇÕES PENAIS
ESPÉCIES DE PENA, FUNDAMENTOS E APLICABILIDADE
SUSPENSÃO E LIVRAMENTO CONDICIONAL DA PENA
AÇÃO PENAL
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

UNIDADE III – CRIMES CONTRA A PESSOA, FAMÍLIA, PATRIMÔNIO E ESTADO
CRIMES CONTRA A PESSOA, A FAMÍLIA E A DIGNIDADE SEXUAL
CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E O RESPEITO AOS MORTOS
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E A PROPRIEDADE IMATERIAL
CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE, A PAZ, A FÉ E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIDADE IV – CRIMES HEDIONDOS, AMBIENTAIS, ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS, DE PRECONCEITO, CONTRA O IDOSO, DE DROGAS E ABUSO DE AUTORIDADE

CRIMES HEDIONDOS, DE TRÂNSITO E AMBIENTAIS
CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E TRIBUTÁRIA
CRIMES DE PRECONCEITO E CONTRA O ESTATUTO DO IDOSO
LEI DE DROGAS, DO PACOTE ANTICRIME E DE ABUSO DE AUTORIDADE

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDREUCCI, R. A. **Legislação penal especial**. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017

ASSUMPÇÃO, V. **Direito Penal:** Parte Geral. Vol. 9. Jus Podvm, 2019.

BABINI, M. OLHO D'ÁGUA, 2009. **Cesare Beccaria**: um iluminista italiano contra a tortura e a pena de morte. Disponível em:<http://200.145.201.15/index.php/Olhodagua/article/view/7>.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BINTENCOURT, C. R.; MONTEIRO, L. de O. **Crimes contra a ordem tributária**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BOBBIO, N. **Teoria do ordenamento jurídico**. 6. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

GRECO, R.; CUNHA, R. S. **Abuso de autoridade**: Lei 13.869/2019 comentada artigo por artigo. 2ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2020.

GUSMÃO, P. D. de. **Introdução ao Estudo do Direito**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

HUNGRIA, N. **Comentários ao Código Penal**. Vol. 7. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

LOPES JÚNIOR, A. **Direito Processual Penal e sua conformidade constitucional**. 8 ed. V. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MAIA, R. T. **Lavagem de dinheir**o: lavagem de ativos provenientes de crime – anotações às disposições criminais da Lei nº 9.613/1998. São Paulo: Malheiros, 2004.

PERIÓDICOS

MAIA, R. T. **Tutela Penal da Ordem Econômica**: o crime de formação de cartel. São Paulo: Malheiros, 2008.

MARQUES, J. F. **Elementos de direito processual penal**. Vol. I. Campinas: Bookseller, 1997.

MASSON, C. **Direito Penal**: parte especial. Vol.1. 10º ed. São Paulo: Método, 2020.

MIRABETE, J. F. **Manual de Direito Penal:** Parte Geral. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAES, A. de; SMANIO, G. P. **Legislação penal especial**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MOURA, M. T. R de A. **A Lei n.º 11.464/2007 e a progressão de regime nos crimes hediondos e a eles equiparados**. BOLETIM DO IBCCRIM, v. 15, p. 16-17, 2007.

NORONHA, E. M. **Direito Penal**. Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 1984.

NUCCI, G. de S. **Curso de direito penal**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

NUCCI, G. de S. **Pacote anticrime comentado**: Lei 13.964/2019. 1º ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PEREZ LUÑO; A. H**. Derechos Humanos, estado de dechos y constituicion**. Madrid: Tecnos, 2003.

RAMOS, P. R. B**.?Aspectos penais do Estatuto do Idoso**.**?**Disponível em <http://direitodoidoso.braslink.com/01/artigo022.html>.

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. 10. tir. São Paulo: Saraiva, 2011.

REIS, W. Revista Jurídica UNIGRAN, 2019. **Princípio constitucional da presunção de inocência e a prisão em segunda instância**: o STF e a estabilidade jurídica no país. Disponível em: < https://www.unigran.br/dourados/revista_juridica/ed_atual/artigos/artigo12.pdf>. >.

4839	Introdução à Ead	60

APRESENTAÇÃO

Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação a distância. Ambientes virtuais de aprendizagem. Histórico da Educação a Distância. Avaliação em ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pela Internet.

OBJETIVO GERAL

Aprender a lidar com as tecnologias e, sobretudo, com o processo de autoaprendizagem, que envolve disciplina e perseverança.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Analisar e entender EAD e TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), Ambiente virtual de ensino e Aprendizagem, Ferramentas para navegação na internet.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – AMBIENTAÇÃO NA APRENDIZAGEM VIRTUAL
PRINCIPAIS CONCEITOS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
GERENCIAMENTO DOS ESTUDOS NA MODALIDADE EAD
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM
RECURSOS VARIADOS QUE AUXILIAM NOS ESTUDOS

UNIDADE II – APRIMORANDO A LEITURA PARA A AUTOAPRENDIZAGEM
A LEITURA E SEUS ESTÁGIOS
OS ESTÁGIOS DA LEITURA NOS ESTUDOS
ANÁLISE DE TEXTOS
ELABORAÇÃO DE SÍNTESES

UNIDADE III – APRIMORANDO O RACIOCÍNIO PARA A AUTOAPRENDIZAGEM
O RACIOCÍNIO DEDUTIVO
O RACIOCÍNIO INDUTIVO
O RACIOCÍNIO ABDUTIVO
A ASSOCIAÇÃO LÓGICA

UNIDADE IV – FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE PARA A EAD
INTERNET E MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS
COMO TRABALHAR COM PROCESSADOR DE TEXTO?
COMO FAZER APRESENTAÇÃO DE SLIDES?
COMO TRABALHAR COM PLANILHAS DE CÁLCULO?

REFERÊNCIA BÁSICA

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Sílvia C. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. **Educação a Distância e as Novas Modalidades de Ensino**. Editora TeleSapiens, 2020.

MACHADO, Gariella E. **Educação e Tecnologias**. Editora TeleSapiens, 2020.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DUARTE, Iria H. Q. **Fundamentos da Educação**. Editora TeleSapiens, 2020.

DA SILVA, Jessica L. D.; DIPP, Marcelo D. **Sistemas e Multimídia**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

DA SILVA, Andréa C. P.; KUCKEL, Tatiane. **Produção de Conteúdos para EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

4955	Direito Processual Civil	60

APRESENTAÇÃO

Jurisdição. Espécies da jurisdição. Teoria da ação. Elementos da ação. Processo. Competência. Competência relativa e absoluta. Espécies da competência. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Chamamento ao processo. Amicus curie. Desconsideração da pessoa jurídica. Atos processuais. Tutela. Relação jurídica processual. Princípios processuais. Atos das partes. Pronunciamento do juiz. Tempos dos atos processuais. Lugar e prazos dos atos processuais.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por finalidade levar o conhecimento sobre os ritos processuais relacionados ao direito civil, para estudantes e profissionais do direito.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender o conceito, escopos e características da jurisdição, seus princípios e espécies.
- Assimilar a teoria da ação identificando seus elementos e aplicando-os em casos concretos.

- Identificar os princípios e ritos processuais, compreendendo o que vem a ser competência relativa e absoluta e os critérios para fixação.
- Entender o processo civil e a relação com terceiros e aplicar o princípio de intervenção.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – JURISDIÇÃO E AÇÃO JUDICIAL
A JURISDIÇÃO
PRINCÍPIOS E ESPÉCIES DA JURISDIÇÃO
TEORIA DA AÇÃO
ELEMENTOS DA AÇÃO

UNIDADE II – FUNDAMENTOS DO PROCESSO CIVIL
PROCEDIMENTO E RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL
PRINCÍPIOS PROCESSUAIS
COMPETÊNCIA
ESPÉCIES DA COMPETÊNCIA

UNIDADE III – PROCESSOS CIVIL E A RELAÇÃO COM TERCEIROS
LITISCONSÓRCIO
INTERVENÇÃO DE TERCEIROS
DENUNCIAÇÃO DA LIDE
CHAMAMENTO, AMICUS CURIE E DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

UNIDADE IV – ATOS PROCESSUAIS E A TUTELA NO PROCESSO CIVIL
ATOS PROCESSUAIS
LUGAR E OS PRAZOS DOS ATOS PROCESSUAIS
COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS
TUTELA NO PROCESSO CIVIL

REFERÊNCIA BÁSICA

ALMEIDA, D. A. R.; FARIA, M. K. **Processo Civil.** Rio de Janeiro: FGV, 2019

AQUAVIVA, M. C. **Dicionário Acadêmico de Direito**. Editora Jurídica Brasileira: São Paulo, 1999.

BECKER, R. **Processo Civil**. 2018. Disponível em:< https://www.institutoformula.com.br/wp-content/uploads/2018/08/E-book-Direito-Processual-Civil-Compet%C3%AAncia-Completo.pdf>.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASIL. **Lei nº 10259** de 12 de julho de 2001.
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10259.htm>

PERIÓDICOS

NEVES, D. A. S. **Manual de Direito Processual Civil.** Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.

OLIVEIRA, C. A. A.?**Do Formalismo no Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PINHO, H. D. B. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2020.

THEODORO JUNIOR, H. **Curso de Direito Processual Civil.** Rio de Janeiro: Forense, 2019

4983	Direito Processual do Trabalho	60

APRESENTAÇÃO

Introdução ao Direito Processual do Trabalho. Organização e competência da Justiça do Trabalho. Atos e prazos processuais. Nulidade. Prescrição e decadência. Ação Trabalhista. Peças processuais trabalhistas. Procedimentos.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por finalidade levar o conhecimento dos ritos processuais envolvendo ações trabalhistas, para estudantes e profissionais da área do direito, bem como para gestores, empresários e outros profissionais que atuam em áreas afins.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Conhecer a história do direito processual do trabalho.
- Descrever os princípios às vistas do direito processual do trabalho
- Constituir os atos, termos e prazos processuais trabalhistas
- Identificar os procedimentos no Processo do Trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA
HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E AS DEMAIS CIÊNCIAS JURÍDICAS
FONTES E HERMENÊUTICA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

UNIDADE II – PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO
COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PARTES E PROCURADORES NA JUSTIÇA DO TRABALHO

UNIDADE III – RITOS PROCESSUAIS TRABALHISTAS
ATOS, TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS TRABALHISTAS
OS SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL DO TRABALHO
NULIDADE PROCESSUAL TRABALHISTA
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

UNIDADE IV – TIPOS, ATOS E PEÇAS DO PROCESSO DO TRABALHO
CONCEITO E TIPOS DE AÇÕES TRABALHISTAS
ATOS PROCESSUAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PEÇAS PROCESSUAIS TRABALHISTAS

PROCEDIMENTOS NO PROCESSO DO TRABALHO

REFERÊNCIA BÁSICA

CAVALCANTE, Jouberto de Q. Pessoa e NETO, Francisco F. Jorge. Direito Processual do Trabalho. 9ª Edição. São Paulo. Editora Atlas. 2019.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LEITE, Carlos H Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 17ª Edição. São Paulo. Editora Saraiva Educação. 2019.

PEREIRA, Leone. **Manual de Processo do Trabalho**. 6ª Edição. São Paulo. Editora Saraiva. 2019.

PERIÓDICOS

RENZETTI, Rogério. **Direito do Trabalho: Teoria e Questões Práticas**. 5ª Edição. São Paulo. Editora Forense Ltda. 2018.

4985	Direito Processual Penal	60

APRESENTAÇÃO

Princípios do direito processual penal. Sistemas de processo penal. Lei processual penal no tempo e no espaço. Interpretação da lei processual penal. Inquérito policial. Formas de instauração do inquérito. Diligências investigativas e identificação criminal. Indiciamento e conclusão do inquérito policial. Ação penal: conceito, espécies e condições. Ação penal pública. Ação penal privada. Peça acusatória. Jurisdição e competência. Regra geral de competência de foro. Conexão e continência processual. Regras para eleição de foro prevalente.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina visa munir estudantes e profissionais do direito e áreas afins, do conhecimento sobre os ritos processuais que envolvem ações penais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Entender quais são os princípios do processo penal e para que eles servem.
- Identificar os sistemas do processo penal.
- Compreender as formas de instauração do inquérito policial.
- Identificar as diligências investigativas e a identificação criminal.
- Compreender a ação penal pública.
- Assimilar a conexão e a continência processual

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO PROCESSO PENAL
PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL
SISTEMAS DE PROCESSO PENAL

LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO
INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

UNIDADE II – INQUÉRITOS POLICIAIS
INQUÉRITO POLICIAL
FORMAS DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO
DILIGÊNCIAS INVESTIGATIVAS E IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL
INDICIAMENTO E CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

UNIDADE III – AÇÃO PENAL PÚBLICA E PRIVADA
AÇÃO PENAL: CONCEITO, ESPÉCIES E CONDIÇÕES
AÇÃO PENAL PÚBLICA
AÇÃO PENAL PRIVADA
PEÇA ACUSATÓRIA

UNIDADE IV – ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA PENAL
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA
REGRA GERAL DE COMPETÊNCIA DE FORO
CONEXÃO E CONTINÊNCIA PROCESSUAL
REGRAS PARA ELEIÇÃO DE FORO PREVALENTE

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**
. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASL. Conselho da Justiça Federal. **Resolução nº 63** de 26 de junho de 2009.
< https://www2.cjf.jus.br/jspui/bitstream/handle/1234/5547/RES%20063-2009.pdf?sequence=3> Ac

CAMPOS, W. C. **Curso Completo de Processo Penal**. Salvador: Ed. JusPodivm, 2018.

FERNANDES, A. S. **O papel da vítima no processo criminal**. São Paulo: Malheiros, 1995.

FERNANDES, A. S. **A reação defensiva à imputação**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.
LIMA, R. B de. **Manual de Processo Penal.** Salvador: Ed. JusPodvm, 2019.

LOPER JUNIOR. A. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Saraiva, 2019.

MOREIRA, E. R; CAMARGO, M. L. **Sistemas processuais penais à luz da Constituição**. 2016.
< http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bil

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

NUCCI, G. de S. **Manual de Processo Penal e execução penal.** São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2011.

PETERSON. **O que é indiciamento**? < https://www.youtube.com/watch?v=HoHC2QcpQH4>

PRATES, M. M. **Prescrição administrativa na Lei 9873**, de 23.11.99: entre simplicidade normativa e complexidade interpretativa.
< https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao010/marcelo_prates.htm

PRODIGE PREPARATÓRIO. **Princípio da instranscendência da pena**
". < https://www.youtube.com/watch?v=U0yQbOzSxBY>

SANTOS, M. A. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 1º Vol. 7ª ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1980.

SÃO PAULO. **Portaria nº18** de 25 de novembro de 1998.
< https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/1998/executivo%2520secao%

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 5ª Turma, **RHC 37587/SC**. Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca. 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Primeira Turma. **Habeas Corpus 118516**. Relator Min. Luiz Fux – 22/04/2014. <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5842495>

PERIÓDICOS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Segunda turma. **Agravo regimental na reclamação 23585.** Relator Min. Teori Zavascki 21/06/2016.
< http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=11828511>

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Súmula vinculante 14**.
<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1230>

TÁVORA, N.; ALENCAR, R. R. **Novo Curso de Direito Processual Penal.** Salvador: Ed. JusPodivm, 15ª, 2020.

TORNAGHI, H. **Compêndio de processo penal.** Rio de Janeiro: José Konfino, 1967.

TOURINHO FILHO, F. da C. **Processo Penal.** São Paulo: Saraiva, 2009.

TUCCI, R. L. **Teoria do direito processual penal.** São Paulo: Editora Rt, 2003.

4988	Direito Notarial e Registral	60

APRESENTAÇÃO

Conceitos e características do Direito Notarial e do Direito Registral. Princípios do Direito Notarial e do Direito Registral. Considerações sobre a atividade notarial e registral. Incompatibilidade, impedimentos e extinção dos serviços notarial e registral. O Tabelionato de Notas. Escrituras Públicas. Tipos de escritura pública. Ata notarial. Registro civil das pessoas naturais. Do Registro de nascimentos e do de Casamento. Do Registro de Óbito, da Emancipação e da Interdição. O Registro Civil das pessoas jurídicas. Registro de títulos e documentos. Os livros de títulos e documentos. Protesto de títulos. Registro de imóveis e os seus livros.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina tem por objetivo capacitar o estudante ou profissional da área jurídica a aplicar a legislação e os procedimentos notariais e registrais na gestão e operação de tabelionatos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender as características do Direito Notarial e do Direito Registral.

- Identificar a responsabilidade, direitos e deveres da atividade notarial e registral.
- Compreender a finalidade do registro civil das pessoas naturais e os tipos de atos.
- Aplicar os procedimentos de execução, sustação e cancelamento dos protestos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – FUNDAMENTOS DO DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS
DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL: PRINCÍPIOS
ATIVIDADES NOTARIAIS E REGISTRAIS
INCOMPATIBILIDADE, IMPEDIMENTOS E EXTINÇÃO DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS

UNIDADE II – ATIVIDADES DO TABELIONATO
ATRIBUIÇÕES DO TABELIONATO DE NOTAS
ESCRITURAS PÚBLICAS: CARACTERÍSTICAS GERAIS
TIPOS DE ESCRITURA PÚBLICA
ATA NOTARIAL

UNIDADE III – TIPOS DE REGISTRO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
REGISTROS DE NASCIMENTO E CASAMENTO
REGISTROS DE ÓBITO, EMANCIPAÇÃO E INTERDIÇÃO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

UNIDADE IV – TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
LIVROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PROTESTO DE TÍTULOS
REGISTRO DE IMÓVEIS

REFERÊNCIA BÁSICA

LOUREIRA, L. G. **Registros Públicos, Teoria e prática**. Salvador: Ed. Juspodivm, 2017.

MELO, M. A. S. **Revista de Direito Imobiliário**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2012.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

PADOIN, F. F. **Direito Notarial e registral**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

TIBÃES, A. C. B. **Direito imobiliário: Sistema notarial e registral**. Montes Claros: E-tecBrasil, 2015.

PERIÓDICOS

LOUREIRA, L. G. **Registros Públicos, Teoria e prática**. Salvador: Ed. Juspodivm, 2017.

4847	**Pensamento Científico**	**60**

APRESENTAÇÃO

A ciência e os tipos de conhecimento. A ciência e os seus métodos. A importância da pesquisa científica. Desafios da ciência e a ética na produção científica. A leitura do texto teórico. Resumo. Fichamento. Resenha. Como planejar a

pesquisa científica. Como elaborar o projeto de pesquisa. Quais são os tipos e as técnicas de pesquisa. Como elaborar um relatório de pesquisa. Tipos de trabalhos científicos. Apresentação de trabalhos acadêmicos. Normas das ABNT para Citação. Normas da ABNT para Referências.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o estudante, pesquisador e profissional a ler, interpretar e elaborar trabalhos científicos, compreendendo a filosofia e os princípios da ciência, habilitando-se ainda a desenvolver projetos de pesquisa.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender a importância do Método para a construção do Conhecimento.
- Compreender a evolução da Ciência.
- Distinguir os tipos de conhecimentos (Científico, religioso, filosófico e prático).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – INICIAÇÃO CIENTÍFICA
A CIÊNCIA E OS TIPOS DE CONHECIMENTO
A CIÊNCIA E OS SEUS MÉTODOS
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA
DESAFIOS DA CIÊNCIA E A ÉTICA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

UNIDADE II – TÉCNICAS DE LEITURA, RESUMO E FICHAMENTO
A LEITURA DO TEXTO TEÓRICO
RESUMO
FICHAMENTO
RESENHA

UNIDADE III – PROJETOS DE PESQUISA
COMO PLANEJAR A PESQUISA CIENTÍFICA?
COMO ELABORAR O PROJETO DE PESQUISA?
QUAIS SÃO OS TIPOS E AS TÉCNICAS DE PESQUISA?
COMO ELABORAR UM RELATÓRIO DE PESQUISA?

UNIDADE IV – TRABALHOS CIENTÍFICOS E AS NORMAS DA ABNT
TIPOS DE TRABALHOS CIENTÍFICOS
APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS
NORMAS DAS ABNT PARA CITAÇÃO
NORMAS DA ABNT PARA REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA BÁSICA

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta M. N. **Pensamento Científico**. Editora TeleSapiens, 2020.

VALENTIM NETO, Adauto J.; MACIEL, Dayanna dos S. C. **Estatística Básica**. Editora TeleSapiens, 2020.

FÉLIX, Rafaela. **Português Instrumental**. Editora TeleSapiens, 2019.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

VALENZA, Giovanna M.; COSTA, Fernanda S.; BEJA, Louise A.; DIPP, Marcelo D.; DA SILVA, Silvia Cristina. **Introdução à EaD**. Editora TeleSapiens, 2020.

OLIVEIRA, Gustavo S. **Análise e Pesquisa de Mercado**. Editora TeleSapiens, 2020.

PERIÓDICOS

CREVELIN, Fernanda. **Oficina de Textos em Português**. Editora TeleSapiens, 2020.

DE SOUZA, Guilherme G. **Gestão de Projetos**. Editora TeleSapiens, 2020.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O curso visa proporcionar ao participante a capacitação profissional necessária para atuação em consultorias e assessorias imobiliárias especializadas, nas áreas cível, administrativa e penal, em processos administrativos e judiciais, habilitando-o também a ministrar aulas e palestras em empresas, organizações e cursos superiores.

Nesse sentido, exige-se a qualificação dos profissionais à segurança pública e perícia criminal, deve sustentar-se em novos fundamentos e constituir-se fator de liderança do processo de desenvolvimento humano e de formação para a cidadania.